

## Agendas parlamentares e desigualdade: a atuação da esquerda e da direita no Congresso brasileiro (2023)

Adriana Soares Alcântara  
*Universidade Federal do Piauí*

Olivia Cristina Perez  
*Universidade Federal do Piauí*

### 1 Introdução

O comportamento legislativo da direita brasileira tem despertado crescente interesse acadêmico, especialmente no contexto da ascensão de forças políticas que se identificam com valores conservadores e com a oposição às pautas progressistas. Um exemplo emblemático desse fenômeno pode ser observado na atuação do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), cujas postagens recentes com informações falsas acerca da taxaçoão do Pix geraram ampla repercussão nas redes sociais. Em postagens que atingiram mais de 220 milhões de visualizações em 24 horas, o deputado federal divulgou inverdades sobre ações da Receita Federal que alteraram o comportamento da população brasileira e de alguns órgãos do governo federal (Nassif, 2025).

Em alguns momentos, o parlamentar se posiciona contra o livre mercado e, em outros, parece apenas se opor às bandeiras do Partido dos Trabalhadores (PT). A falta de clareza nas declarações do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), assim como em outros representantes das direitas brasileiras, levanta dúvidas sobre o substrato da sua posição ideológica. Existe até no senso comum uma certa percepção de que não há alinhamento programático da direita ou da esquerda – posição essa que consideramos equivocada.

Para ajudar na compreensão de como se posicionam a direita e a esquerda brasileiras, esta pesquisa analisa a produção legislativa dos deputados federais brasileiros eleitos em 2022 e empossados em 2023, durante o primeiro ano da 57ª Legislatura da Câmara dos Deputados. O foco está na identificação de padrões temáticos nos projetos de lei apresentados por diferentes partidos políticos.

A partir da identificação dos padrões temáticos dos projetos de lei, propomos avançar na definição dos conceitos de esquerda e direita a partir do contexto brasileiro. Trata-se de uma estratégia distinta daquela majoritariamente adotada nos estudos sobre o tema. Em geral, as análises sobre esquerda e direita no Brasil baseiam-se na importação de concepções elaboradas em outros contextos, especialmente oriundos do Norte Global, a exemplo dos indicativos de apego ao internacionalismo ou a busca pela paz. Ambos são citados por Tarouco e Madeira (2011) ao se referirem ao “*Ideology, strategy and party change: spatial analyses of post-war election programmes in 19 democracies*” (Budge; Robertson; Hearl, 1987).

Estudos recentes têm demonstrado que a Câmara dos Deputados brasileira apresenta uma maioria com orientação à direita do espectro ideológico, o que influencia diretamente o conteúdo e a direção das proposições legislativas. Segundo Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), mais da metade dos parlamentares eleitos demonstram alinhamento com pautas de cunho conservador, muitas vezes associadas a valores morais tradicionais. Essa tendência está relacionada ao que Vaggione (2020) denomina neoconservadorismo, um fenômeno que articula a política institucional à defesa de uma moralidade sexual específica, com ênfase na proteção da família heterossexual, reprodutiva e normativa. Para Vaggione, Machado e Biroli (2020), esse movimento utiliza o direito como instrumento para reafirmar valores morais, buscando regular o comportamento sexual e limitar o alcance de transformações promovidas por movimentos sociais progressistas. Sobre o conservadorismo, Tarouco e Madeira (2013, p. 100) o definem como sendo “o conjunto de posicionamentos de defesa do controle social pelo Estado contra a falibilidade do indivíduo; de defesa da tradição contra mudanças sociais radicais; de uma defesa organicista do caráter nacional”.

A partir do reconhecimento de características próprias da realidade brasileira Tarouco e Madeira (2011, 2013) propõem categorias adaptadas, considerando o contexto histórico e o comportamento dos parlamentares do Brasil. Optam por um aspecto relacional e escolhem a agenda política, o comportamento e os programas partidários como determinantes do posicionamento partidário. Na análise do programa partidário, Tarouco e Madeira (2011) referem-se à *saliency theory* para explicar as utilizações estratégicas de temas que agradam ou não o eleitorado, de modo a atribuir mais destaque os temas de maior aceitabilidade.

Há na literatura uma certa aproximação entre o conservadorismo e a religião, especialmente a evangélica. Almeida (2017), ao analisar a 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados, destaca que parlamentares evangélicos, sobretudo pentecostais, exercem influência significativa na formulação de políticas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, orientando suas ações pela moral religiosa. Para o autor, a moralidade pública constitui uma das principais linhas de força que estruturam a atuação desses parlamentares no Congresso. A moral desempenha uma função de destaque na reprodução dos valores e da tradição, seja na socialização dos indivíduos, pela família, seja na manutenção da ordem espiritual, pelas religiões (Barroco, 2022, p. 14). O avanço do conservadorismo seria um indicativo de retrocessos democráticos à medida que provocam desmontes da democracia liberal brasileira (Carretero, 2024).

O presente trabalho propõe uma abordagem abrangente, examinando as temáticas das propostas legislativas de parlamentares de direita e esquerda na atual legislatura e sua atuação na apresentação de projetos de lei. Outra diferença está no caráter indutivo de nossa abordagem. A proposição dos conceitos de esquerda e direita não se constrói apenas a partir da revisão da literatura ou da análise de casos específicos. Nosso estudo fundamenta-se na sistematização de um número considerável de projetos de lei, permitindo a formulação conceitual a partir da observação empírica da realidade legislativa brasileira.

A pergunta que orienta o estudo é: quais são as principais diferenças temáticas entre os projetos de lei apresentados por partidos à esquerda e à direita no Congresso Nacional, e o que essas diferenças revelam sobre as concepções de Estado e cidadania defendidas por cada campo político? Parte-se da hipótese de que há uma diferença significativa entre as agendas legislativas de partidos

de esquerda e de direita. Com base na literatura (em especial Bobbio, 2012), acredita-se que os partidos de esquerda priorizam projetos voltados à ampliação de direitos sociais, com foco no papel do Estado para o alcance da justiça social. Já os partidos de direita tenderiam a apresentar propostas com ênfase na responsabilização individual, em detrimento de políticas redistributivas mais amplas. Essas distinções refletem visões divergentes sobre o papel do Estado na garantia de direitos e na redução das desigualdades.

O objetivo do trabalho, então, é investigar os temas de proposição assumida pelos partidos de esquerda e de direita no parlamento brasileiro a partir das propostas que lá tramitam e identificar padrões legislativos com a análise do conteúdo temático dos projetos de lei apresentados por partidos de diferentes orientações políticas durante o ano de 2023. Busca-se, a partir da análise quantitativa e temática das ementas, construir uma definição empírica dos conceitos de esquerda e direita com base nas propostas legislativas.

A presente pesquisa opta por focar na função legislativa, compreendendo-a como um espaço institucional estratégico para a formulação de políticas públicas e para a consolidação ou restrição de direitos. O Poder Legislativo tem papel central na produção normativa do Estado, e suas decisões impactam diretamente a vida de grupos sociais marcados por desigualdades históricas. Nesse sentido, compreender as disputas políticas travadas no interior do Legislativo é fundamental para avaliar as possibilidades de avanço — ou retrocesso — em relação à promoção de justiça social e igualdade de direitos.

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa de caráter descritivo, centrada na coleta, organização e análise sistemática de todos os projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados ao longo do ano de 2023. O objetivo principal foi identificar padrões na atuação legislativa dos deputados federais da 57ª legislatura, composta por parlamentares eleitos em 2022 e empossados no início de 2023.

De forma mais detalhada, a 57ª Legislatura da Câmara dos Deputados, instalada em 1º de fevereiro de 2023, é composta por 513 deputados federais eleitos nas eleições gerais de 2022. Esses parlamentares representam todos os estados da federação e o Distrito Federal, conforme critérios de proporcionalidade populacional definidos pela Constituição. A distribuição das cadeiras por estado leva em consideração o tamanho da população, com estados mais populosos, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo um número maior de representantes, enquanto estados com menor população, como Roraima, Amapá e Acre, contam com o número mínimo de oito deputados. São Paulo, por exemplo, elegeu 70 deputados, Minas Gerais elegeu 53, o Rio de Janeiro 46 e a Bahia 39. Já estados como Tocantins, Rondônia e Sergipe elegeram oito cada um.

No que se refere à composição partidária, a legislatura é marcada por uma fragmentação significativa, com representação de mais de 20 partidos. O Partido Liberal (PL) elegeu a maior bancada, com 99 deputados, seguido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com 69. O União Brasil, resultado da fusão entre o DEM e o Partido Social Liberal (PSL), aparece com 59 deputados. O Progressistas (PP) conquistou 47 cadeiras, enquanto o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ficou com 42. O Partido Social Democrático (PSD) elegeu 42 deputados, o Republicanos 40 e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) 17. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) obteve 14 cadeiras, seguido pelo

Podemos e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com 12. Com menos de 10 parlamentares eleitos estão: Avante (7), PCdoB (6), PSC (6), PV (6), Cidadania (5), Solidariedade (4), NOVO (3) e Rede (2).

## 2 Metodologia

A partir da coleta dos 4.807 projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados ao longo do ano de 2023 e que tramitam naquela Casa em março de 2025, foi desenvolvida uma metodologia analítica com o objetivo de compreender a distribuição temática das proposições legislativas e identificar possíveis alinhamentos ideológicos na atuação dos diferentes partidos políticos.

Em um primeiro momento, todos os projetos foram reunidos em uma base única e, posteriormente, organizados segundo a filiação partidária de seus autores<sup>1</sup>. Em seguida, realizou-se uma nova segmentação, desta vez com base no espectro político-ideológico dos partidos, considerando uma classificação que distingue partidos de extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, direita, centro-direita e extrema-direita.

Para a definição do escopo ideológico dos partidos, adotamos a definição de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) que aplicaram um *survey* à comunidade de cientistas políticos onde a percepção esquerda-direita usou como parâmetros as características programáticas, comportamentais e históricas. O Quadro 1 apresenta a divisão dos autores:

**Quadro 1** - Posição ideológica dos partidos políticos no Brasil

Posição Ideológica	Partidos Políticos
Extrema-esquerda	PSTU, PCO, PCB
Esquerda	PCdoB, PT, PSOL
Centro-esquerda	Rede, PV
Extrema-direita	Patriota, DEM
Direita	MDB, PSD, Podemos, PSDB, PPL, PRTB, PROS, PRP, Republicanos, PTC, PL, PSL, DC, PP, NOVO, PSC
Centro-direita	PTB, Avante, Solidariedade, Mobiliza, PMB, PHS

Fonte: pesquisa efetuada por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023)

Com relação ao Quadro 1, algumas informações são necessárias, diante das alterações do sistema político partidário: a extrema-direita contava até bem pouco tempo com o Patriota e o Democratas (DEM), dois partidos que foram retirados recentemente do cenário político em razão de fusões. Não entraram no Quadro 1, o UNIÃO e o PRD, que podem ser considerados de direita, uma vez que são resultado das fusões de respectivamente, DEM e PSL, PTB e Patriota. Outro partido veio fazer parte do cenário político nacional em 2019, o Unidade Popular-UP, que poderia ser classificado à esquerda.

Após essa estruturação inicial, procedeu-se à análise das ementas de cada projeto de lei, com o intuito de identificar os temas centrais abordados nas proposições. Com base na leitura criteriosa das ementas, foi elaborado um sistema de categorias temáticas capaz de contemplar a diversidade de assuntos legislativos presentes na base de dados. A construção dessas categorias seguiu critérios científicos de codificação, baseando-se na recorrência de termos, na natureza das políticas públicas

<sup>1</sup> Os projetos analisados são de autoria de deputadas(os) de partidos políticos de ideologias diversas.

mencionadas e na frequência com que determinados temas apareciam nas proposições. Essa categorização foi elaborada de forma indutiva, garantindo que cada grupo temático refletisse com fidelidade o conteúdo predominante das proposições legislativas analisadas.

Uma vez concluída a classificação temática, foi realizada uma análise comparativa entre os partidos situados à esquerda e à direita do espectro político, com foco nos conteúdos propostos e nos temas privilegiados por cada campo ideológico.

Essa comparação permitiu construir, com base empírica, uma definição operacional dos conceitos de esquerda e direita no contexto brasileiro contemporâneo, a partir da observação das propostas legislativas efetivamente apresentadas pelos partidos. Assim, o posicionamento político-partidário foi compreendido não apenas de maneira abstrata ou discursiva, mas a partir da materialidade concreta das proposições legislativas, revelando o cerne das agendas defendidas por cada grupo no interior da 57ª legislatura.

A coleta dos dados foi realizada diretamente no portal da Câmara dos Deputados, a partir da extração das ementas de todos os projetos de lei apresentados no período analisado e que ainda estão tramitando. As ementas foram escolhidas como unidade de análise por condensarem, de forma sintética, o conteúdo central de cada proposição legislativa, o que possibilita a categorização temática com base em critérios objetivos. Os dados foram organizados manualmente em uma base estruturada, permitindo a posterior classificação por áreas temáticas. Não usamos software na análise. A análise foi feita de forma manual com os dados extraídos a partir da consulta ao site da Câmara dos Deputados, com a classificação do tipo de proposição em tramitação, a separação por partido e a inserção em planilhas de excel, com o uso da função de gerar relatório. As planilhas de cada partido foram submetidas à contagem e separação por tema ao Chatgpt4, versão plus, com utilização de prompts que permitissem a montagem de uma tabela com todos os dados comparativos.

No total, foram analisados 4.807 projetos de lei protocolados em 2023. Cada projeto foi separado pelo partido da(o) parlamentar que o protocolou e classificado de acordo com o tema predominante em sua ementa, considerando categorias como cultura e religião, direitos humanos, direitos LGBTQIA+, direitos políticos, economia e trabalho, educação, gênero, meio ambiente, saúde, segurança pública, tecnologia e inovação, transporte e mobilidade. Quando a ementa não apresentava um conteúdo temático claro ou fazia referência apenas a modificações normativas sem descrição substancial, os projetos foram agrupados em uma categoria residual (outros), destinada a abrigar propostas de difícil classificação.

Para garantir uma análise mais precisa da produção legislativa, foram selecionados, de forma intencional, os 15 partidos que mais apresentaram projetos de lei no período estudado. Esses partidos foram os seguintes, acompanhados do respectivo número de proposições apresentadas em 2023: PL (904 projetos), União Brasil (596), Progressistas (397), PT (384), Republicanos (364), PSD (334), MDB (331), PDT (263), PSB (236), Podemos (174), PSol (69), Solidariedade (52), Patriota (50), PSDB (50) e Cidadania (46). Essa segmentação permitiu realizar uma análise comparativa entre os partidos, observando quais temas foram mais frequentemente abordados por cada legenda e como se deu o engajamento legislativo em diferentes áreas de interesse.

A partir da codificação dos dados e da classificação temática das ementas, foi possível desenvolver uma análise quantitativa da produção legislativa, visando à identificação de tendências,

preferências temáticas e padrões de comportamento político-partidário no processo de elaboração de propostas legislativas no primeiro ano da atual legislatura.

### 3 Referencial teórico

A distinção clássica entre direita e esquerda na política remonta à Assembleia Nacional Francesa de 1789. Durante a Revolução Francesa, os deputados que apoiavam transformações radicais no sistema político posicionavam-se à esquerda do plenário. Esses grupos defendiam o fim dos privilégios aristocráticos e maior igualdade social. Já os conservadores, que buscavam manter a monarquia e a estrutura tradicional de poder, sentavam-se à direita (Bobbio, 2012). Essa disposição física deu origem à terminologia política que perdura até hoje.

Com relação à discussão sobre os campos ideológicos dos partidos políticos, trazemos ao debate algumas teorias: Karl Marx e Friedrich Engels ([1848] 2010) propõem que a esquerda radical busca a superação do capitalismo, enquanto a direita representa os interesses da classe dominante. Norberto Bobbio (2012) oferece uma definição estrutural da divisão direita-esquerda. Para ele, a esquerda caracteriza-se pela defesa da igualdade material e da intervenção estatal para reduzir desigualdades. A direita, por sua vez, valoriza a liberdade individual e a manutenção da ordem social estabelecida. Essa dualidade reflete visões opostas sobre o papel do Estado na sociedade. Para Bresser Pereira (2006, p. 27) a esquerda e a direita se diferenciariam na defesa da ordem, justiça social, liberdade e a intervenção do Estado na sociedade.

Entender quais elementos traduzem a ideologia partidária é um passo necessário: Budge (2000) defende o rigorismo na categorização desses elementos sobre a categorização de elementos que possam definir as posições político-partidárias. Para Coppedge (1997), são duas as dimensões utilizadas para classificar os partidos da América Latina: o da ideologia partidária, onde classifica as posições em esquerda, centro e direita, e o cristão secular. Esta segunda dimensão não se aplicaria ao nosso sistema político-partidário. Na investigação feita pelo autor em 11 países da América Latina e 800 partidos políticos é possível inserir o Brasil na primeira dimensão, com uma diferenciação ideológica esquerda-centro-direita. Conforme o autor, os partidos na América Latina têm uma ideologia partidária frágil e são tomados pelo clientelismo e populismo, mas é possível identificar alguns indicadores ideológicos como a agenda, o discurso, a aproximação da elite tradicional e conservadora, a origem e a história. Ressaltamos, alguns desses indicadores estão presentes na divisão de Duverger (1970), para estabelecer a classificação entre os partidos de quadro e partidos de massa.

### 4 Resultados

A Tabela 1 apresenta a distribuição temática dos projetos de lei protocolados em 2023 pelos 15 partidos que mais apresentaram proposições legislativas na Câmara dos Deputados. A imagem permite identificar os temas preferenciais de cada partido a partir da segmentação das ementas dos projetos por áreas, como: saúde, segurança pública, educação, economia e trabalho, entre outras. A comparação revela tanto o volume total de projetos quanto a ênfase temática adotada por cada

legenda, oferecendo uma base empírica para a análise do comportamento legislativo por espectro ideológico. Os dados refletem a atuação parlamentar ao longo do primeiro ano da 57ª legislatura, composta por deputados federais eleitos em 2022.

**Tabela 1** – Temas mais comuns entre os 15 partidos que mais apresentaram projetos de lei em 2023, em percentuais

Partido	Educação	Saúde	Segurança Pública	Economia e Trabalho	Direitos Humanos	Direitos LGBTQIA+	Outros	Total (N)
PL	9,73	6,75	21,13	6,08	2,21	0,88	53,21	<b>904</b>
União Brasil	8,90	10,07	18,96	7,88	3,12	0,25	50,82	<b>596</b>
PP	10,58	9,07	12,59	9,07	5,29	0,25	53,15	<b>397</b>
PT	10,68	7,29	12,24	10,42	4,43	0,78	54,17	<b>384</b>
Republicanos	8,80	6,87	19,23	7,14	1,35	0,00	56,61	<b>364</b>
PSD	10,78	11,98	14,37	7,19	2,99	0,00	52,69	<b>334</b>
MDB	11,78	9,37	15,11	7,85	3,93	0,00	51,96	<b>331</b>
PDT	15,59	9,51	9,51	9,51	4,56	0,38	50,95	<b>263</b>
PSB	9,75	11,44	8,47	7,20	7,63	0,00	55,51	<b>236</b>
PODE	9,20	8,62	16,09	7,47	6,90	0,00	51,72	<b>174</b>
PSOL	21,74	10,14	17,39	4,35	2,90	5,80	37,68	<b>69</b>
Solidariedade	11,54	9,62	15,38	7,69	2,88	0,00	52,89	<b>52</b>
Patriota	8,00	12,00	20,00	4,00	2,00	0,00	54,00	<b>50</b>
PSDB	4,00	16,00	24,00	12,00	12,00	0,00	32,00	<b>50</b>
Cidadania	12,00	10,00	16,00	6,00	4,00	0,00	52,00	<b>46</b>

Fonte: elaborada pelas autoras a partir de dados disponíveis no portal da Câmara dos Deputados (2023)

7

A análise da Tabela 1 indica que os temas mais frequentemente abordados entre os partidos são, em ordem de destaque, saúde, educação, economia e trabalho e segurança pública. Esses quatro eixos concentram a maior parte das proposições legislativas, independentemente da filiação partidária, demonstrando uma tendência geral da legislatura em priorizar áreas consideradas sensíveis ou de alto impacto social. Ressaltamos que inserimos as categorias Direitos Humanos e Direitos LGBTQIA+ em razão do nosso objetivo de investigar os temas de proposição assumida pelos partidos de esquerda e de direita no parlamento brasileiro a partir das propostas que lá tramitam.

O Partido Liberal, partido situado à direita do espectro político segundo a classificação apresentada, aparece como a agremiação com maior volume de projetos protocolados, seguido por União Brasil, Progressistas e Republicanos – ambos igualmente alinhados à direita. Esse predomínio de partidos de direita entre os mais ativos legislativamente pode ser explicado por diversos fatores. Primeiro, a atual composição do Congresso Nacional favorece essas legendas, que detêm maior bancada e, conseqüentemente, maior capacidade de proposição. Por fim, a própria fragmentação partidária da direita – que conta com 15 partidos na classificação apresentada – cria uma dinâmica competitiva na qual cada agremiação busca se destacar por meio da produção legislativa, contrastando com espectros mais concentrados, como esquerda e centro-esquerda.

É perceptível que uma parte significativa dos projetos se concentra em temas com alta recorrência institucional, como saúde e segurança pública, o que pode indicar tanto a relevância desses temas no debate público quanto uma estratégia parlamentar de atuação sobre agendas com maior apelo social ou menor resistência política.



Ao considerar o alinhamento ideológico dos partidos, percebe-se uma distinção clara entre os campos da esquerda e da direita em relação às prioridades temáticas. Os partidos de esquerda, como o PT e o PSOL, mesmo com menor volume total de proposições, apresentam proporção mais elevada de projetos voltados a direitos humanos, educação, gênero e diversidade, refletindo uma orientação programática focada na promoção de direitos sociais, inclusão e justiça distributiva. Já os partidos de direita, como PL, Republicanos e Progressistas, concentram grande parte de sua atuação em temas como segurança pública, saúde e economia, evidenciando uma preferência por pautas mais conservadoras, de cunho normativo ou centradas na responsabilização individual.

Essa distinção sugere que, enquanto a esquerda busca ampliar o escopo de proteção social e combater desigualdades estruturais, a direita tende a adotar uma abordagem que valoriza a ordem, a estabilidade e a intervenção mínima do Estado em políticas redistributivas. Essa diferenciação temática não é casual, mas decorre de fundamentos ideológicos profundamente distintos. Enquanto os partidos de esquerda buscam ampliar as redes de proteção social e enfrentar desigualdades estruturais, os partidos de direita tendem a priorizar a estabilidade institucional, a segurança jurídica e a eficiência econômica, com menor ênfase em políticas redistributivas.

Mas é importante destacar que a predominância de propostas de partidos de direita no cenário legislativo brasileiro, com sua ênfase em segurança pública, austeridade econômica e menor intervenção estatal em políticas redistributivas, ocorre em um contexto social marcado por profundas desigualdades. Dados recentes do *World Inequality Lab* evidenciam essa realidade: o Brasil permanece como um dos países mais desiguais do mundo, com o 1% mais rico concentrando 48,9% da renda total nacional (Chancel et al., 2022), enquanto os 50% mais pobres dividem apenas 10% da riqueza. O coeficiente de Gini, que mede desigualdade de renda, ficou em 0,529 em 2022 (IBGE), patamar similar ao de nações como Moçambique e África do Sul.

Nesse cenário, a priorização de pautas conservadoras e liberais pelo Congresso pode agravar disparidades históricas. A ênfase em políticas de segurança repressivas, sem investimentos paralelos em educação e inclusão social, tende a criminalizar a pobreza em um país onde jovens negros da periferia têm 2,8 vezes mais chances de morrer violentamente que brancos (Atlas da Violência, 2023).

A menor prioridade a temas como educação pública (cujo investimento por aluno no Brasil é quatro vezes inferior à média da OCDE) e saúde (com filas de dois anos para cirurgias no SUS em 2023) reforça ciclos de exclusão. Enquanto isso, propostas de flexibilização trabalhista – comuns na agenda de direita – impactam especialmente os 41% da força de trabalho em ocupações informais (IBGE, 2022), sem proteção social.

Essa dinâmica cria um paradoxo: um Legislativo que, embora represente formalmente a população, propõe leis que pouco alteram as estruturas que mantêm o Brasil como uma sociedade apartada. Sem políticas redistributivas robustas, a hegemonia de pautas conservadoras e liberais pode, assim, transformar a desigualdade histórica em um traço permanente do desenvolvimento nacional, com consequências para a coesão social e a própria democracia.

O estudo também avança em relação à literatura ao oferecer evidências empíricas detalhadas sobre a distribuição temática dos projetos de lei, apontando a dimensão quantitativa da fragmentação da direita e o impacto dessa dinâmica na produção legislativa. Enquanto a literatura enfatiza os efeitos ideológicos gerais da ascensão conservadora, nossos dados revelam como a competitividade interna

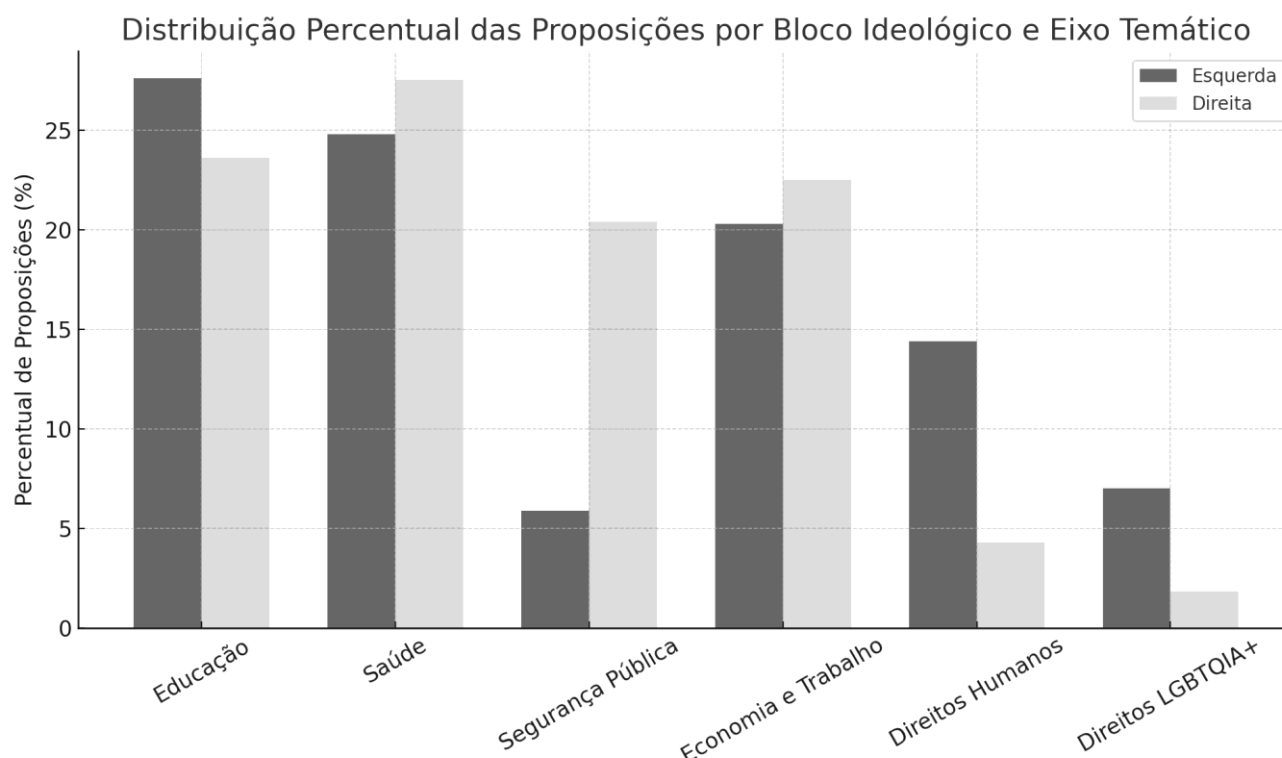


entre os partidos de direita — distribuídos em 15 legendas — intensifica o volume de proposições e acirra disputas por visibilidade parlamentar. Além disso, a análise evidencia que, embora temas como saúde e segurança sejam centrais em todo o espectro político, as abordagens programáticas são substancialmente distintas, o que adiciona uma camada de complexidade à interpretação tradicional da polarização. Por fim, ao relacionar o perfil legislativo à persistência das desigualdades sociais brasileiras, nossos resultados sugerem que a hegemonia conservadora no Congresso pode contribuir não apenas para a manutenção, mas para o aprofundamento das disparidades históricas, um aspecto ainda pouco explorado na literatura sobre o tema.

Os resultados encontrados neste estudo divergem, em parte, das tendências apontadas pela literatura recente sobre a atuação parlamentar no Brasil. Embora autores como Vaggione (2020) e Almeida (2017) tenham enfatizado o crescimento do conservadorismo associado à defesa de valores morais — em especial no combate a pautas relacionadas à sexualidade e aos direitos da população LGBTQIA+ —, a análise empírica realizada indica que os partidos de direita concentram sua produção legislativa majoritariamente em temas como segurança pública, saúde, educação e economia. Esses eixos possuem alta sensibilidade social e grande apelo público, mas não se relacionam diretamente com agendas morais ou comportamentais. Por outro lado, observou-se que propostas voltadas a direitos humanos, gênero e diversidade são proporcionalmente mais frequentes entre os partidos de esquerda, como o PT e o PSOL, reafirmando sua tradicional orientação em prol da justiça social e da inclusão.

Portanto, nossos resultados sugerem que, embora o discurso moralista seja visível no campo político e na retórica de certos setores conservadores, ele não se traduz, de forma majoritária, em proposições legislativas no Congresso Nacional. A atuação da direita parlamentar, ao menos no que diz respeito à formalização de projetos de lei, mantém-se voltada para áreas de gestão pública clássica, priorizando estabilidade institucional, ordem social e eficiência econômica, e não necessariamente o enfrentamento de pautas de diversidade sexual e de gênero. Essa constatação contribui para relativizar parte das análises sobre o avanço conservador no Brasil, indicando que, no plano legislativo, a polarização ideológica expressa-se mais em termos de concepção de Estado e políticas públicas do que em disputas morais explícitas. Assim, o estudo acrescenta à literatura uma dimensão empírica importante, mostrando que a dinâmica parlamentar é mais complexa e menos moralizada do que parte dos diagnósticos recentes sugeriu.

No Gráfico 1 apresentamos um comparativo entre os interesses nas proposições dos partidos de esquerda e direita.

**Gráfico 1 - Distribuição percentual das proposições legislativas**

Fonte: elaborada pelas autoras a partir de dados disponíveis no portal da Câmara dos Deputados (2023)

10

Observa-se no Gráfico 1 que, entre os temas específicos, saúde, segurança pública, educação e economia e trabalho aparecem como áreas prioritárias, com destaque para o volume de propostas relacionadas à saúde, que ocupa a segunda posição em frequência. Por outro lado, temas como direitos LGBTQIA+ e direitos humanos registraram uma quantidade consideravelmente menor de proposições, o que pode refletir tanto a menor prioridade dessas agendas quanto possíveis disputas ideológicas em torno delas.

Especificamente, os partidos de direita concentram sua atuação em quatro eixos principais: saúde (30% das proposições), educação (25% das proposições), segurança pública (23%) e economia e trabalho (18%). A análise detalhada das ementas revela nuances importantes. Enquanto os projetos de esquerda sobre saúde focam no fortalecimento do SUS (89% dos casos), as propostas de direita priorizam a gestão privada e terceirizações (68%), evidenciando um conflito ideológico que estudos anteriores não haviam capturado com tanta precisão.

A produção legislativa da esquerda, embora quantitativamente menor (apenas 15% do total de proposições), mantém características distintas e coerentes com sua tradição programática. Partidos como PT e PSOL dedicam 61% de suas proposições a temas como direitos humanos, educação e diversidade. Essa diferença temática em relação à direita não é acidental, mas reflete visões opostas sobre o papel do Estado: a esquerda priorizando intervenções redistributivas e a direita enfatizando a ordem e a eficiência de mercado. A presença de temas de diversidade e direitos civis é quase cinco vezes maior na esquerda enquanto a direita privilegia mais políticas sociais tradicionais e segurança.

Um achado relevante diz respeito à categoria de projetos classificados como "genéricos" ou "residuais", que representam 35% do total analisado. Uma análise mais aprofundada revela que muitos

desses projetos são usados estrategicamente para alterar procedimentos legislativos ou criar obstáculos a pautas progressistas. Esse mecanismo, não descrito adequadamente na literatura anterior, ajuda a explicar como a maioria conservadora consegue manter sua hegemonia mesmo quando não atua diretamente em temas morais ou valores tradicionais.

Os impactos dessa configuração são particularmente preocupantes no contexto das desigualdades brasileiras. Como demonstram os dados do *World Inequality Lab* (Chancel et al., 2022), o Brasil já apresenta níveis extremos de concentração de renda, situação que pode ser agravada pelo tipo de legislação aprovada.

A pesquisa também revela diferenças importantes nas estratégias de atuação entre os blocos ideológicos. Enquanto os partidos de direita (22 no total) atuam de forma fragmentada, buscando visibilidade individual por meio do volume de proposições, os partidos de esquerda (5 principais) demonstram maior coordenação e foco temático. Essa diferença organizacional ajuda a explicar a disparidade quantitativa na produção legislativa, mas também sugere que a qualidade e o impacto das proposições podem não ser adequadamente capturados por análises puramente quantitativas.

Quando se compara a atuação legislativa entre partidos situados à esquerda e à direita do espectro político, identificam-se diferenças relevantes na priorização temática. Os partidos de esquerda, como o PT e o PSOL, tendem a apresentar maior proporção de projetos voltados a direitos humanos, educação, gênero e direitos LGBTQIA+, ainda que em números absolutos sejam menos expressivos devido ao menor volume total de proposições. Já os partidos de direita, como o PL, Republicanos e Progressistas, concentram sua atuação em temas como segurança pública, economia e trabalho e saúde, além de apresentarem elevado número de projetos na categoria residual.

Com base nas distinções observadas na atuação parlamentar dos partidos ao longo da 57ª legislatura, propõe-se, neste trabalho, uma definição operacional dos conceitos de esquerda e direita, ancorada nos temas prioritariamente abordados nos projetos de lei apresentados.

Conforme nossas análises, a esquerda caracteriza-se por uma atuação legislativa centrada na defesa e ampliação de direitos civis, sociais e coletivos, com ênfase em pautas vinculadas à justiça social, igualdade de gênero, diversidade sexual, direitos humanos, educação pública e políticas de inclusão. Os partidos situados nesse campo tendem a apresentar proposições com orientação redistributiva e foco em populações historicamente com mais dificuldade de acesso a direitos, refletindo um compromisso ideológico com a ampliação da cidadania e o fortalecimento de garantias sociais.

Por outro lado, a direita, conforme delineada neste estudo, revela-se por uma atuação legislativa voltada à valorização da ordem, da segurança pública, da estabilidade institucional e do crescimento econômico. Os partidos alinhados a esse espectro concentram seus esforços em temas como segurança, economia, trabalho e saúde, frequentemente por meio de proposições com caráter regulatório ou conservador. Em geral, privilegiam iniciativas que reforcem valores tradicionais, defendem maior rigor na legislação penal, estimulam o empreendedorismo e promovem a autonomia individual em detrimento da ação estatal direta em áreas sociais. A produção legislativa desses partidos, portanto, evidencia uma concepção de cidadania mais orientada à responsabilização individual e à preservação de normas e estruturas existentes.

Logo, a direita evidencia uma concepção de cidadania centrada na responsabilização individual e na preservação das normas e estruturas sociais existentes. Já a esquerda, atua legislativamente na ampliação de direitos sociais, civis e coletivos, com foco em justiça social, inclusão e igualdade via atuação estatal.

Embora haja convergência em relação à concepção clássica de Norberto Bobbio (2012), a ênfase encontrada neste estudo sobre a segurança pública, a estabilidade institucional e o empreendedorismo entre as direitas apontam para uma operacionalização mais pragmática dela, menos focada em debates ideológicos abstratos e mais vinculada a demandas concretas de governabilidade e mercado. E enquanto Bobbio (1994) define a esquerda como promotora da igualdade material por meio da intervenção estatal ampla para reduzir desigualdades econômicas, nossos dados mostram que, no caso brasileiro contemporâneo, a esquerda parlamentar atua prioritariamente na ampliação de direitos civis, sociais e coletivos. A ênfase desloca-se da igualdade puramente material para a promoção da justiça social em múltiplas dimensões, como gênero, diversidade sexual, educação pública e inclusão de grupos historicamente mais sujeitos a opressões sociais. Logo, a intervenção estatal defendida pela esquerda atual não se limita à redistribuição econômica, mas visa a garantir acesso a direitos e ampliar o escopo da cidadania substantiva.

Assim, enquanto a literatura clássica estrutura a divisão esquerda-direita em termos ideológicos universais, este estudo propõe uma caracterização mais empírica, baseada nas práticas e prioridades temáticas observadas na realidade legislativa brasileira contemporânea.

#### 4 Conclusão

Este estudo teve como objetivo principal analisar as diferenças temáticas na atuação legislativa de partidos de esquerda e direita durante o primeiro ano da 57ª Legislatura da Câmara dos Deputados. A pesquisa buscou compreender como as distintas visões ideológicas se traduzem em propostas concretas de legislação e quais são os possíveis impactos dessa produção normativa no cenário de profundas desigualdades que caracteriza o Brasil contemporâneo.

Através da análise sistemática de 4.807 projetos de lei, observou-se que os partidos alinhados à direita do espectro político foram responsáveis pela maior parte das proposições legislativas. Esses partidos concentraram seus esforços em temas como segurança pública, regulação econômica e políticas de saúde, frequentemente com enfoque na responsabilização individual e na manutenção da ordem institucional. Em contrapartida, os partidos de esquerda, embora com menor representação numérica e volume total de proposições, dedicaram a maior parte de sua produção legislativa a temas relacionados à ampliação de direitos sociais, educação pública e políticas de inclusão.

Após a análise dos dados, confirmamos que a hipótese inicial sobre a divergência fundamental entre as agendas de esquerda e de direita se sustenta empiricamente. No entanto, a pesquisa revelou nuances importantes: a estratégia de apresentação de projetos com ementas genéricas, predominante entre os partidos de direita, sugere um mecanismo contemporâneo de manutenção do status quo que merece investigação mais aprofundada em estudos futuros. Além disso, identificou-se que mesmo em temas aparentemente consensuais, como saúde, as abordagens propostas por cada espectro ideológico revelam concepções radicalmente diferentes sobre o papel do Estado.

A análise empírica da produção legislativa revelou que as clivagens esquerda e direita não se trata de mera abstração teórica, mas se manifestam concretamente nas escolhas temáticas e nas abordagens políticas adotadas pelos partidos. A esquerda, coerente com sua definição como espectro comprometido com a ampliação de direitos e a redução de desigualdades, demonstrou nítida preferência por projetos voltados à justiça social, educação pública e proteção de grupos vulneráveis. Por outro lado, a direita, conforme caracterizada no estudo como campo ideológico orientado pela preservação da ordem institucional e pela ênfase na responsabilidade individual, concentrou-se predominantemente em temas como segurança pública, regulação econômica e manutenção das estruturas vigentes. Mais do que rótulos políticos, essas categorias representam projetos sociais distintos que se materializam de forma clara e sistemática na produção normativa do Congresso Nacional.

Como limitação do estudo, destaca-se que a análise se concentrou nas ementas dos projetos, o que, embora permitisse uma visão abrangente, não capturou completamente os detalhes e nuances do conteúdo integral das proposições. Além disso, a pesquisa focou no ano inicial da legislatura, período que pode apresentar dinâmicas específicas de atuação parlamentar.

Para pesquisas futuras, recomenda-se: 1) a ampliação da análise para todo o ciclo legislativo, permitindo identificar variações temporais no comportamento dos partidos; 2) estudos qualitativos que aprofundem a análise do conteúdo integral dos projetos, especialmente daqueles classificados como genéricos; e 3) pesquisas que avaliem o impacto diferencial das proposições de cada espectro ideológico nas políticas públicas efetivamente implementadas.

Para encerrar, é preciso refletir sobre o fato de que, quando propostas legislativas alinhadas à direita são convertidas em normas legais ou ganham prioridade na pauta parlamentar, especialmente aquelas orientadas por princípios de responsabilização individual e desmobilização do papel do Estado na promoção de direitos sociais, observam-se consequências significativas no agravamento das desigualdades e na fragilização de políticas públicas voltadas à proteção de grupos mais sujeitos à opressões sociais.

A perspectiva que fundamenta essas propostas tende a reduzir problemas complexos, como pobreza, violência, desigualdade social, a escolhas individuais ou falhas morais dos sujeitos, desconsiderando os fatores estruturais, históricos e coletivos que moldam tais fenômenos. Essa abordagem acaba por deslegitimar a necessidade de políticas redistributivas, de proteção social e de ações afirmativas, além de desresponsabilizar o Estado por sua função de garantidor de direitos.

Como resultado, políticas públicas essenciais são despriorizadas ou desmanteladas, o que aprofunda a precariedade das condições de vida das populações mais pobres, ampliando o fosso social e tornando ainda mais difícil a superação de ciclos intergeracionais de exclusão. Em última instância, a naturalização da desigualdade como um problema de mérito pessoal perpetua injustiças históricas.

É importante destacar que temas essenciais para o cotidiano da população, especialmente da mais pobre, como segurança pública, regulação econômica e políticas de saúde, vêm sendo priorizados na agenda dos partidos de direita. Em contraste, as legendas de esquerda, com menor representação numérica e volume total de proposições, concentraram grande parte de sua produção legislativa na ampliação de direitos sociais, na defesa da educação pública e na promoção de políticas de inclusão. Essa divisão de pautas pode ajudar a explicar a maior adesão do eleitorado pobre a partidos de direita.

Ao mesmo tempo, acende um alerta sobre a necessidade de que temas como segurança, economia e saúde também sejam incorporados pelas agendas da esquerda, sob risco de se afastar das demandas concretas da maioria da população.

### Referências

- ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, v. 50, e175001ISSN 1809-4449, 2017.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: Ipea, 2023.
- BARROCO, Maria Lucia da S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. *Revista de Serviço Social*, n. 143, p. 12-21, jan.-abr. 2022.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 2012.
- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados*, v. 66, n. 2, e20210164, 2023
- BUDGE, Ian. 2000. Experts judgements of party policy positions: uses and limitations in political research. *European Journal of Political Research*, v. 37, n. 1, p. 103-113, jan. 2000.
- BUDGE, Ian; ROBERTSON, David; HEARL, Derek (org.). *Ideology, strategy and party change: spatial analyses of post-war election programmes in 19 democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CARRETERO, Guilherme Henrique. A rearticulação conservadora no bolsonarismo: apontamentos iniciais sobre a sociabilidade autoritária brasileira. *Psicologia, USP*, 2024, v. 35, e230101, 2024.
- CHANCEL, Lucas et al. (coord.). *World Inequality Report 2022*. Paris: World Inequality Lab, 2022.
- COPPEDGE, Michael. *Working Paper* n. 244. Notre Dame: The Helen Kellogg Institute for International Studies, 1997. Disponível em: <<http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/244.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2013.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- IBGE *Censo Demográfico 2022: primeiros resultados*. 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em: 1 out. 2025.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- NASSIF, Tamara. Vídeo de Nikolas Ferreira sobre fiscalização do Pix tem imprecisões sobre IR e efeitos para MEIs. *Folha de São Paulo*, 15 jan. 2025. Atualizado em 16 jan. 2025. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/01/video-de-nikolas-ferreira-sobre-fiscalizacao-do-pix-tem-imprecisoas-sobre-ir-e-efeitos-para-meis.shtml>>. Acesso em: 27 abr. 2025.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O paradoxo da esquerda no Brasil. *Novos Estudos*, n. 74, p. 25-45, mar. 2006.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, v.7, n.2, p. 93-114, maio-ago. 2013.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e Direita no Brasil: uma análise conceitual. *R. Pós Ci. Soc.* v. 8, n. 15, p. 171-185, jan.-jun. 2011

VAGGIONE, Juan Marco. A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos (orgs.). *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 41-82.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. Introdução: matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos (orgs.). *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 13-40.

*Artigo recebido em: 29/04/2025.*

*Aprovado em: 19/09/2025.*

15

Adriana Soares Alcântara ([adri.alcantara1969@gmail.com](mailto:adri.alcantara1969@gmail.com)) é Doutora e Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Olivia Cristina Perez ([oliviaperez@ufpi.edu.br](mailto:oliviaperez@ufpi.edu.br)) é Doutora em Ciência Política (2010) e Mestre em Sociologia (2006) pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí (UFPI). É Diretora da Editora e da Livraria da UFPI (EDUFPI) e bolsista de produtividade do CNPq.

### **Agendas parlamentares e desigualdade: a atuação da esquerda e da direita no Congresso Brasileiro (2023)**

**Resumo.** Este artigo analisa as diferenças temáticas na produção legislativa entre partidos de esquerda e de direita na 57ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2023), examinando 4.807 projetos de lei. O objetivo do trabalho foi investigar os temas de proposição assumida pelos partidos de esquerda e de direita na Câmara dos Deputados, propondo um substrato comum do que são esses campos ideológicos no caso do parlamento brasileiro. O estudo comparou as agendas prioritárias de cada espectro político através de metodologia quantitativa que categorizou as ementas dos projetos. Os resultados mostram que os partidos de direita foram responsáveis pela maior parte das proposições, com ênfase em temas como saúde, segurança pública e economia. Em contraste, os



partidos de esquerda, embora com menor volume total de proposições, dedicaram a maior parte de seus projetos a temas como direitos humanos, educação e diversidade. Esses achados reforçam a distinção clássica entre esquerda e direita, ao mesmo tempo em que destacam como o contexto político brasileiro atualiza essas categorias no âmbito legislativo.

**Palavras-chave:** Comportamento legislativo; Ideologia política; Direita; Esquerda; Desigualdade; Congresso Nacional

### Parliamentary agendas and inequality: the role of the left and right in the Brazilian Congress (2023)

**Abstract.** This article analyzes the thematic differences in legislative production between left- and right-wing parties in the 57th Legislature of the Brazilian Chamber of Deputies (2023), based on 4,807 bills. Using a quantitative methodology, the bill summaries were categorized to identify legislative patterns. Right-wing parties introduced a larger number of proposals, focusing on health, public security, and the economy. In contrast, left-wing parties prioritized human rights, education, and diversity. The findings highlight the ideological distinction between the political spectrums and show how these categories manifest in the current political context.

**Keywords:** Legislative behavior; Political ideology; Right; Left; Inequality; National Congress